



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 56/2021 CMRI**

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

**Recurso nº: 004340- 21-99**

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - SMTC

**Relator:** Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Trata-se de pedido de acesso externo ao processo administrativo de autos nº 21.0.000064378-2. O(A) Recorrente alegou que fizera uma denúncia para a Ouvidoria de Porto Alegre e que deseja acesso aos mencionados autos para acompanhá-la (doc. 15969475).

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A SMTC, inicialmente, apresentou ao(à) Recorrente a resposta trazida pela pessoa jurídica denunciada (doc. 15464851). Posteriormente, afirmou que “[...] a Lei de Acesso à Informação destina-se a obtenção de informações/dados da administração pública. Não cabe reexame ao caso, considerando que ***o pedido foi***

*regularmente atendido (acesso ao processo)*” (doc. 15998717 – destaque meu).

### 1.3 Razões do recorrente

Em sua argumentação, o(a) Requerente alegou que a resposta da SMTC foi breve e sem sentido. Disse desejar “respostas” (doc. 15464851).

### 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto no dia 02 de agosto de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMTC, o que se deu no dia 30 de julho de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

### 3. Análise do mérito

A partir da análise do despacho lançado pela Diretoria de Transparência Pública da SMTC (doc. 15999905), percebe-se que **o(a) Requerente ainda não teve acesso ao processo administrativo de autos nº 21.0.000064378-2**. É que, segundo alegado, o expediente seria sigiloso.

Dessa forma, não procede a resposta anteriormente enviada ao (à) Recorrente pela SMTC no sentido de que “[...] *o pedido foi regularmente atendido (acesso ao processo)*” (doc. 15998717 – destaque meu). Conforme demonstra o doc. 15999905, o acesso aos autos não foi concedido.

De outro lado, percebe-se que o processo administrativo foi genericamente classificado como sigiloso. Não foi apresentada qualquer justificativa concreta para esta classificação, tampouco foi demonstrado o respectivo amparo legal.

Como se sabe, vigora em toda a Administração Pública o princípio da publicidade, o que tem fundamento na Constituição Federal (art. 37). É que, dessa forma, todo cidadão pode controlar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos agentes estatais.

O processo administrativo que veicula eventuais atividades investigativas (a exemplo de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, dentre outros) pode ter seu acesso restringido para terceiros até o julgamento, com base no art. 7º, parágrafo 3º, da Lei nº 12.527/2011. É que a publicidade, neste caso, poderia

prejudicar as diligências que estão em andamento, impedir a adequada elucidação do caso, comprometer a independência e a imparcialidade da comissão de investigação, etc. Portanto, eventual procedimento investigativo em curso pode ser considerado como documento preparatório nos termos do mencionado dispositivo legal.

Dessa forma, entende-se que, durante seu curso, os procedimentos investigativos têm seu acesso restrito às partes interessadas, ou seja, particulares somente podem acessar os autos se acusados ou indiciados, ou se representantes legais destes. Em consequência, o denunciante não tem direito de acesso aos autos de processos em curso, de sua cópia, ou de ser informado sobre o tratamento dado à sua denúncia.

Aliás, segundo entendimento da Controladoria-Geral da União, uma vez “[...] encerradas as apurações, e julgado o processo, qualquer particular tem direito a vistas e cópias dos autos, com exceção de documentos dele constantes que mantenham alguma restrição legal de acesso, tais como no caso de informações bancárias ou fiscais, informações pessoais, ou classificadas como sigilosas pela Administração” (Disponível em: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)).

No presente caso, não há notícias acerca do objeto do processo administrativo de autos nº 21.0.000064378-2. Sabe-se apenas que está tramitando na Corregedoria-Geral do Município.

Além disso, o processo mencionado acima foi genericamente classificado como sigiloso. Não foi apresentada qualquer justificativa concreta para esta classificação, tampouco foi demonstrado o respectivo amparo legal.

Portanto, tenho que prevalece o princípio da publicidade, o que tem fundamento na Constituição Federal (art. 37), de modo que o(a) Requerente, a princípio, tem o direito de acessar o processo administrativo de autos nº 21.0.000064378-2. Este direito pode ser afastado apenas em situações específicas, as quais, aparentemente, não estão presentes neste caso.

De outro lado, a fim de não prejudicar eventuais investigações em andamento, entendo que deve ser oportunizada em favor da SMTC a possibilidade de apresentar justificativa concreta para a classificação do processo administrativo como sigiloso, assim como a demonstração do respectivo amparo legal.

Dessa forma, entendo que o recurso interposto deve ser parcialmente provido.

#### **4. Decisão**

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar parcial

provimento ao recurso para que a SMTc, no prazo de 10 dias, conceda em favor do(a) Requerente o acesso ao processo administrativo de autos nº 21.0.000064378-2 ou, no mesmo prazo, apresente justificativa concreta para a classificação do processo administrativo como sigiloso, assim como demonstre o respectivo amparo legal.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTc**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16096257** e o código CRC **FE73E045**.

---